

A volta de Trump

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente / Publisher

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Superintendente Administrativo e Financeiro

William de Souza Agostinho

Conselho Editorial Acadêmico

Júlio Cesar Torres

Luís Antônio Francisco de Souza

Marcelo dos Santos Pereira

Maurício Funcia de Bonis

Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen

Ricardo D'Elia Matheus

Sílvia Maria Azevedo

Tatiana Noronha de Souza

Trajano Sardenberg

Editores-Adjuntos

Anderson Nobara

Leandro Rodrigues

SEBASTIÃO C. VELASCO E CRUZ
NEUSA M. P. BOJIKIAN
(Orgs.)

A volta de Trump

Choque político e relações internacionais



© 2025 Editora Unesp

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da Unesp (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
atendimento.editora@unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

M483c

A volta de Trump: choque político e relações internacionais / organizado por Sebastião Carlos Velasco e Cruz, Neusa Maria Pereira Bojikian. – São Paulo: Editora Unesp, 2025.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5711-323-3

1. Relações internacionais. 2. Política. 3. Eleições. 4. Análise de conjuntura. 5. Estados Unidos da América. I. Cruz, Sebastião Carlos Velasco e. II. Bojikian, Neusa Maria Pereira. III. Título.

2025-5779

CDD 327
CDU 327

Esta publicação contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, processo n.465460/2014-3)



Editora afiliada:



SUMÁRIO

- Apresentação 9
Sebastião C. Velasco e Cruz e Neusa M. P. Bojikian
- 1 O Partido Democrata na eleição de 2024:
uma derrota pedagógica? 13
Camila Feix Vidal
- 2 Um partido para chamar de seu: o efeito Trump
na representação legislativa republicana 29
Flávio Contrera e Karina Lilia Pasquariello Mariano
- 3 O cosmopolitismo cristão e a política
de imigração dos Estados Unidos 43
Felipe Amin Filomeno
- 4 A sociedade e a cultura política norte-americanas
avançam contra a democracia: a erosão do consenso
e das normas democráticas 59
Wayne A. Selcher
- 5 Suprema Corte conservadora e proteção dos
direitos nos Estados Unidos: perspectivas para
o segundo governo Trump 81
Celly Cook Inatomi
- 6 A política climático-ambiental estadunidense
no governo Biden: expectativa e frustração na

- implementação de alternativas socialmente
mais justas 103
Pedro Henrique Vasques
- 7 A política econômica do governo Biden: Bidenomics
e a grande desconexão 123
Filipe Mendonça e Leonardo Ramos
- 8 De Biden a Trump 2: o retorno do Estado produtivo
na política externa dos Estados Unidos 151
Neusa M. P. Bojikian e Rúbia Marcussi Pontes
- 9 Trump e a disputa digital com a China: um ponto
de inflexão histórico 169
Marco Cepik e João Estevam dos Santos Filho
- 10 As sanções econômicas no contexto da guerra
hegemônica: o papel das sanções financeiras na
estratégia da diplomacia econômica dos
Estados Unidos 187
Edna Aparecida da Silva e Jaime Cesar Coelho
- 11 Trump e a nova inserção internacional
dos Estados Unidos 205
Williams Gonçalves
- 12 Os Estados Unidos e os Acordos de Abraão
após a guerra em Gaza: mudanças nas dinâmicas
de poder no Oriente Médio 221
*Reginaldo Mattar Nasser, Isabela Agostinelli dos Santos e
Shajar Goldwaser*
- 13 O quadrilátero desfeito: os Estados Unidos de
Trump e a Europa 235
Sebastião C. Velasco e Cruz
- 14 O Brasil e a América Latina diante do governo
Trump 2 259
*Roberto Goulart Menezes, Vitor dos Santos Bueno e
Juscelino Eudâmidas Bezerra*
- 15 A renovação do expansionismo hemisférico
no segundo governo Trump:
impactos para Cuba 275
Raúl Rodríguez Rodríguez
- 16 As comunidades de origem latino-americana
nos Estados Unidos e as eleições de 2024 291
Tháís Caroline Ataíde Lacerda e Marcos Cordeiro Pires

- 17 A volta de Trump: rumo à crise final
da democracia e ao declínio definitivo da
hegemonia norte-americana? 307
Rafael R. Ioris
- 18 Impactos do início do governo Trump 2 sobre
a ordem constitucional democrática dos
Estados Unidos 321
Andrei Koerner
- Sobre os autores 335

APRESENTAÇÃO

Sebastião C. Velasco e Cruz e Neusa M. P. Bojikian

Este é o quarto volume de uma série iniciada em 2019 com a publicação, por esta editora, do livro intitulado *Trump, primeiro tempo*. Reunindo textos elaborados a partir de apresentações feitas em seminários bienais sobre partidos, políticas governamentais e eleições nos Estados Unidos, ele reproduz o formato adotado nos volumes anteriores.

Os capítulos iniciais da presente obra discorrem sobre os dois grandes partidos em confronto e os elementos políticos necessários ao entendimento da disputa entre eles. Em seguida, apresentam-se estudos sobre algumas das mais importantes políticas domésticas promovidas pelo governo em exercício no período. Os textos seguintes são dedicados à análise de diferentes aspectos da política internacional dos Estados Unidos – com foco em regiões ou questões determinadas. Por sua vez, os artigos que concluem a obra enfocam o processo político-eleitoral propriamente dito.

Abordando quatro eleições – duas de meio de mandato (2018 e 2022) e duas presidenciais (2020 e 2024) –, os trabalhos apresentados nesta série combinaram sempre, em doses variadas, uma análise retrospectiva e um olhar prospectivo, para oferecer ao mesmo tempo um balanço do período e indicações sobre desenvolvimentos futuros. Esta última dimensão tende a ser mais pronunciada nos volumes dedicados às eleições presidenciais, naturalmente.

Iniciativa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-Ineu), esta série oferece ao público leitor o

resultado de oito anos de trabalho coletivo, sob a forma de um panorama interpretativo abrangente da política norte-americana no último decênio.

Quatro livros, um mesmo figurino. Este último, contudo, difere dos demais em um aspecto significativo: a ruptura radical em curso no segundo mandato de Donald Trump. É verdade, a alternância de governos de orientações tão distintas quanto os de Trump e Biden – para não falar de fenômenos imprevistos de enorme impacto na vida social e política dos Estados Unidos, como a covid-19 – traz sempre para o primeiro plano o problema de como entender, em cada caso, a combinação de continuidade e mudança.

Na preparação do presente volume, essa questão se revelou desafiadora como nunca. Sem dúvida, a eleição de Donald Trump em 2016 e seu comportamento logo ao assumir o cargo produziram ondas de choque que reverberaram em todo o mundo. Entretanto, rapidamente, a distância entre o gesto simbólico e a realidade das políticas efetivamente implementadas por seu governo se tornou evidente. Com toda a virulência de seu discurso, as mudanças produzidas em seu primeiro mandato – tanto no tocante à política doméstica quanto no campo da política exterior – ficaram muito aquém do prometido.

Os estudiosos aventam inúmeras hipóteses para explicar o impacto relativamente moderado da ação de um mandatário que fazia alarde do radicalismo de sua disposição – da fragilidade de seu apoio congressual à composição de sua equipe de governo, em que os “adultos na sala” tinham lugar reservado e exerciam com relativa eficácia sua influência disciplinadora; da inexperiência do magnata recentemente convertido em político à sua capacidade notoriamente reduzida de concentração. Mas não precisamos nos deter nelas. Dois anos depois de eleito, a derrota amargada por seu partido nas eleições de meio de mandato, em 2018, abria o caminho para o retorno dos democratas à presidência e afastava a possibilidade de Trump efetivar seus propósitos “subversivos”. Mesmo assim, restava a pergunta sobre as condições na sociedade norte-americana que teriam dado ensejo a um fenômeno como o trumpismo e consagrado eleitoralmente o seu programa, mesmo que em minoria no voto popular.

Por esse motivo, evocamos, na apresentação do primeiro volume desta série, a tirada atribuída ao primeiro-ministro Chou-En-lai, que, indagado sobre o significado histórico da Revolução Francesa, teria respondido ser ainda muito cedo para uma avaliação. Ainda estamos muito longe do marco temporal sugerido pela prudência chinesa, mas seis anos depois, com tudo o que aconteceu nos Estados Unidos e no mundo nesse ínterim, contamos com material para formular algumas respostas provisórias à questão sobre o significado profundo da volta de Trump – agora muito mais vigoroso – ao poder.

É nisso que este último volume da série se distingue dos precedentes. O fato de Trump ter se reapresentado como candidato republicano à

presidência dos Estados Unidos em novembro de 2024 – apesar dos múltiplos processos judiciais abertos contra ele e de uma condenação –, a vitória eleitoral consagrada obtida por seu partido nesse pleito e o ativismo frenético que marcou os primeiros meses de seu segundo governo deslocaram, no tempo histórico, o pêndulo da atenção. Esse fato se reflete no foco da maioria dos capítulos reunidos nesta obra e em seu título, que designa o presente e se abre para o futuro.

Mesmo assim, a constância do ponto de vista confere unidade ao conjunto da série. Em todos os quatro livros, mantendo a perspectiva crítica, a postura assumida pelos autores foi sempre a do observador objetivo, que se esforça para entender o que constata e não se exime de emitir juízos, mas o faz de uma posição externa aos processos que analisa.

A publicação deste volume coincide com o encerramento da segunda fase do INCT-Ineu, que se prepara agora para um novo ciclo prolongado de atividades. Com ele, a equipe efetua esse trânsito com a consciência satisfeita do dever cumprido: produzir análises originais, formar pesquisadores e difundir conhecimento na sociedade.

* * *

Este livro já estava pronto quando o Brasil foi surpreendido pelo anúncio das sanções tarifárias e pelo ataque à integridade de suas instituições por parte do governo dos Estados Unidos. A brutalidade dessa investida e seu alcance são incompatíveis com a postura descrita acima. Em seu afã proclamado de reordenar o mundo a seu talante, Trump violenta a soberania do nosso país e afirma o propósito de o transformar em algo próximo de uma semicolônia. Nessa pretensão, ele será derrotado.

Não há como antecipar a evolução do conflito já em curso. Nada garante que ele vá escalar até os últimos degraus da escada, e o Brasil certamente fará todos os esforços para evitar esse resultado. Seja como for, neste contexto, assumimos necessariamente a postura de observadores-participantes.

1

O PARTIDO DEMOCRATA NA ELEIÇÃO DE 2024: UMA DERROTA PEDAGÓGICA?

Camila Feix Vidal

Em 2022, ante as eleições de meio de mandato e nos marcos da análise do governo Joe Biden realizada na coletânea de livros organizada e publicada pelo INCT-Ineu/Unesp em 2023, argumentei que a vitória democrata no pleito, longe de significar um sucesso do governo Biden, deveria ser vista como pedagógica para corrigir os rumos partidários nos dois anos seguintes sob o risco de fracasso na eleição presidencial de 2024. Nesse sentido, afirmei que, “se uma análise mais pontual pode corroborar esse otimismo, uma perspectiva mais abrangente, a englobar perspectivas partidárias amplas e aprovação eleitoral, pode soar como alerta para a presidência de Joe Biden e, mais especificamente, para o próprio partido” (Vidal, 2023, p.11). Vozes no campo progressista nos Estados Unidos seguiram nessa mesma linha, mas a correção de rumos não foi realizada. Em 2024, o Partido Democrata (PD), já com a candidatura de Kamala Harris, que substituiu Biden às vésperas da votação, sofreu uma derrota acachapante para ninguém mais ninguém menos que Donald Trump.

A eleição presidencial de 2024 pode ser considerada uma das derrotas mais simbólicas (e pedagógicas) para o Partido Democrata na história recente. Trilhando um caminho considerado intelectualizado, urbano e elitizado (Sharma, 2022; Hammer, 2022) – e, portanto, alheio aos anseios materiais de grande parte da população –, os democratas perderam a disputa por mais de 5 milhões de votos, distribuídos em praticamente todos os setores sociais. Em relação às votações do próprio partido, foram 12 milhões de

votos a menos em relação à eleição presidencial anterior, em 2020. A *blue wall* na região do Cinturão do Aço (hoje, Cinturão da Ferrugem), que historicamente votava no PD, nessa eleição optou por Donald Trump. Os democratas perderam não só o Executivo, mas também a maioria na Câmara e no Senado. Não por acaso, a vitória do Partido Republicano (PR) em 2024 foi vista como uma catástrofe para os democratas (Parnes, 2024).

Com o intuito de contribuir para as análises acerca do Partido Democrata, este capítulo busca, em primeiro lugar, apresentar uma fotografia das forças partidárias operando dentro do partido e, em seguida, aprofundar o trabalho realizado para a contenção da sua ala mais progressista. Com relação ao primeiro ponto, faço um mapeamento, a partir de uma leitura teórica que engloba a sociedade civil como elemento a ser analisado na abordagem partidária (o chamado Partido Expandido), de dois grandes movimentos que atuam simultaneamente dentro do PD: New Democrat Coalition (NDC) e Blue Dog Coalition (BDC), de um lado, e Congressional Progressive Caucus (CPC), de outro. Com relação a este último, concentro-me no papel desempenhado por um grupo em específico dentro dele – as congressistas reunidas no Squad sob a liderança de Alexandria Ocasio-Cortez – e na tentativa, por parte de *lobby* orquestrado pelo Comitê Americano de Assuntos Públicos de Israel (American Israel Public Affairs Committee – Aipac), de impedir a manutenção de suas candidaturas e, assim, evitar que o próprio PD trilhasse um caminho mais progressista. Antes, porém, é preciso evidenciar alguns pontos com relação ao governo Biden e à eleição de 2024.

A eleição de 2024 e a derrota democrata

A eleição presidencial de 2024 significou uma perda de votos para o PD em vários setores sociais. Com relação às mulheres, cerca de 54% votaram em Harris em 2024 – indicando que a maioria das mulheres ainda vota nos democratas. No entanto, houve uma perda significativa de votos dessa parcela da população em relação à eleição de 2020, quando 57% das mulheres votaram em Biden. Harris ganhou o voto de mulheres por 10% sobre Trump em 2024, enquanto Biden havia ganhado por 15% sobre o mesmo candidato em 2020. O voto das mulheres latinas merece destaque aqui. Enquanto o apoio ao PD por esse setor era superior àquele ao PR em 39% na eleição de 2020, esse percentual caiu para 22% em 2024. O PR, assim, ganhou votos das mulheres e, sobretudo, das mulheres latinas – quando praticamente dobrou o percentual de votos recebidos em comparação com a eleição presidencial anterior (Shamim, 2024).

São vários os fatores que podem ser mobilizados para explicar a perda de voto feminino por parte do PD em 2024. Um deles, no entanto, parece-me central: o descontentamento com a qualidade de vida dessa população

durante o governo Biden e a campanha eleitoral conduzida por Harris. Enquanto a economia foi vista como a maior preocupação das mulheres votantes em 2024¹ – em um cenário de inflação acumulada e estagnação salarial –, a campanha de Harris, tendo em vista a repercussão do debate acerca da proibição do aborto por parte da Suprema Corte, voltou-se a essa questão para atingir o público feminino. Do outro lado, Trump se esquivava da temática (ao transferir a responsabilidade aos estados) enquanto enfatizava sobretudo os desafios econômicos. Mirando na classe trabalhadora, essa tática, ao fim, parece ter sido acertada. De acordo com enquête realizada pela Edison Research (apud Shamim, 2024), 31% desse grupo de eleitores elencou a economia como a temática mais importante no momento do voto, enquanto apenas 14% citou a questão do aborto. Enquanto esta última parece ser mais associada a mulheres de classe média alta e com diploma superior (Shamim, 2024), a preocupação com condições materiais de subsistência se associa às preocupações de uma parcela expressiva da classe trabalhadora com quem Trump dialogou ostensivamente. De acordo com pesquisa apresentada pela CNN (apud Shamim, 2024), 53,5% das mulheres com educação superior de classe média alta votaram em Harris, enquanto 64% das mulheres sem educação superior e consideradas “*working class*” votaram em Trump. Frente a uma escolha em que se delineava a manutenção de um governo democrata entendido como responsável pela alta inflação e estagnação de salários e um candidato que tratava exatamente de explorar essa preocupação para benefício eleitoral, a escolha não parece ser difícil.

O PD ainda perdeu cerca de 10% dos votos da população negra em relação à eleição de 2020. Ainda que possa ser considerado um grupo eleitoral consistentemente democrata, é surpreendente que, enquanto 90% desse segmento tenha votado no PD em 2020, 80% o fez em 2024. Se, em um primeiro momento, parece pouco relevante a perda de votos para o PD, o ganho de votos para o PR é gigante: o dobro entre uma eleição e outra – de 10% em 2020 para 20% em 2024. De fato, esse grupo eleitoral se considera cada vez menos democrata: em 2020, eram 77%; três anos depois, eram 66% (Shamim, 2024; Al Jazeera Staff, 2024).

Cenário similar pode ser visto no que tange à comunidade latina. Em 2020, 32% desse grupo eleitoral votava no Partido Republicano. Já em 2024, 45% votou nesse partido – um aumento de 13% em relação à última eleição. A maioria da comunidade latina de fato segue votando nos democratas (53% dos votos em 2024). No entanto, podemos dizer que isso se deve sobretudo às mulheres latinas, já que, na eleição de 2024, o PR obteve pela primeira vez a maioria do voto latino masculino – cerca de 54% dos votos

1 Cerca de 36% do público eleitor feminino tinha como preocupação principal a questão econômica – em específico, a crescente inflação e o aumento no preço dos alimentos (Shamim, 2024).

(Chade, 2024). Pode causar estranheza o candidato que prometeu realizar deportações massivas e aumentar a segurança nas fronteiras, além de estereotipar a comunidade latina, ter recebido um número tão grande de votos dessa mesma parcela da população. Talvez o fato de 63% desses eleitores não se reconhecerem no discurso de ódio de Trump (Chade, 2024) explique a ironia da situação. Ou seja, eles se reconhecem enquanto trabalhadores estadunidenses, e não como um grupo estereotipado e vítima de ofensas do candidato republicano. Assim, para eles importa mais a pauta econômica – a que Trump eficazmente usou na campanha – do que a pauta identitária.

Outro grupo que merece destaque é a comunidade árabe. Como não poderia deixar de ser, a guerra de Israel contra Gaza foi tema central na crítica ao PD e na escolha do voto em 2024. Michigan, então bastião democrata dentro do Cinturão da Ferrugem, é o estado com o maior número de árabe-americanos, enquanto Chicago, em Illinois, é a cidade com o maior número de palestinos (Shamim, 2024). Em um sistema bipartidário no qual o PR (na figura de Trump) demonstra apoio irrestrito a Israel e ofensas à comunidade árabe e o PD se absteve de criticar e/ou desmobilizar a ofensiva israelense durante o governo Biden, a escolha foi óbvia: nenhum dos dois partidos. Assim, a candidata do Green Party, Jill Stein, mesmo sem real condição de vitória, foi a escolhida por grande parte da população árabe nos Estados Unidos nessa eleição. Em sua campanha, prometia trabalhar para um imediato cessar-fogo em Gaza e para a responsabilização criminal de Israel.

Em Michigan, 109.777 pessoas votaram em um terceiro partido. Parece pouco, mas, em um sistema bipartidário, esse número representa muito. Em específico, representou a drenagem de votos tradicionalmente democratas para um terceiro partido, permitindo que o PR ganhasse, então, no voto popular desse estado. Para se ter uma ideia, em Michigan, Trump ganhou de Harris por 81.750 votos. Para Hager (2024), “[o] golpe possivelmente mais forte para a legitimidade do partido foi a grande deserção de progressistas e outros democratas que ficaram horrorizados com o genocídio em curso em Gaza e com o envio contínuo de armamento dos Estados Unidos para Israel, para as suas guerras em Gaza e no Líbano”.

Por fim, dois outros grupos de eleitores merecem destaque na eleição de 2024: os jovens e os eleitores do Cinturão da Ferrugem. Com relação aos primeiros, um número menor de jovens votou em 2024. Enquanto em 2020 cerca de 52% dos jovens aptos a votar o fizeram, em 2024 foram 42%. Eles também votaram menos no PD em comparação com a eleição passada. Tradicionalmente democratas, os eleitores jovens (18-29 anos) votam no PD, que recebe pelo menos 60% dos votos desse grupo desde 2008. Em 2024, entretanto, foram 54% – uma perda em praticamente todos os segmentos da categoria. De acordo com Chernikoff (2024), em relação a 2020, o PR ganhou votos dos homens jovens brancos, mulheres brancas, homens negros, mulheres negras, homens latinos e mulheres latinas. Os homens jovens negros

foram os que mais migraram para o PR, seguidos por homens jovens latinos e homens jovens brancos. Cerca de 40% dos eleitores jovens colocaram a economia e a geração de empregos como pontos fulcrais na escolha do voto. Entre a escolha da manutenção de um governo democrata que não soube lidar adequadamente com questões estruturais econômicas e o candidato que promete fazer frente a esse desafio, a escolha foi feita em benefício deste último. De fato, enquanto em 2020 47% dos eleitores jovens se identificavam como democratas em comparação com 30% que se viam como republicanos, em 2024 a proporção entre eles é praticamente a mesma: 42% se consideram democratas e 39% republicanos.

Como bem evidencia pesquisa conduzida pela Edison Research (apud Learner; Xiao; Roeder, 2024), o PR ganhou votos na eleição de 2024 em relação a 2020 em praticamente todos os grupos demográficos analisados. De um total de 14 grupos, 13 migraram para o PR,² com destaque para os grupos dos jovens, latino-americanos, asiáticos e negros. Ou seja, o PD perdeu votos de uma parcela de seu eleitorado considerada nos andares de baixo da pirâmide social: as minorias étnico-raciais e os jovens.

Junto a eles, podemos colocar aqui a região do Cinturão da Ferrugem, origem do termo *blue-collar* (usado para designar a classe trabalhadora, em alusão ao uniforme usado pelos operários) e tradicional reduto democrata desde a presidência de Franklin Delano Roosevelt. À exceção de Illinois, todos os outros oito estados (Pensilvânia, Ohio, Virgínia Ocidental, Indiana, Iowa, Michigan, Wisconsin e Kentucky) votaram no Partido Republicano na eleição de 2024. Se esse dado não é indicativo suficiente de que o PD abandonou a classe trabalhadora, talvez o seja o fato de que, dos 79% dos eleitores que tradicionalmente votavam no PD por conta da pauta trabalhista defendida por esse partido, somente 4% deles o fizeram em 2024 (Temullo, 2024).

O governo Biden e a crônica anunciada da derrota democrata

Como foi possível o Partido Democrata não só não ter se reelegido na presidência da república como ter perdido votos em grupos sociais e em regiões considerados tipicamente democratas? Talvez uma leitura do que significou o governo Biden para essas parcelas da população possa elucidar a questão.

² Grupos demográficos analisados: homens brancos sem diploma universitário, mulheres brancas sem diploma universitário, brancos, homens, 45-64 anos, acima de 65 anos, homens brancos com diploma universitário, mulheres, 30-44 anos, mulheres brancas com diploma universitário, jovens (18-29 anos), hispânicos, asiáticos, negros. O único desses grupos que não contou com migração para o PR foi de eleitores acima de 65 anos. Em todos os outros 13 grupos, houve transferência de votos do PD para o PR.

Um resumo do seu mandato evidencia que: a) houve aumento da pobreza em 60% (acometendo 13,5% da população); b) houve aumento de 40% em termos de insegurança alimentar (1 em 7 casas, ou 47 milhões de pessoas); e c) a inflação acumulada atingiu 17,4%, chegando a 45% na gasolina, 43% na moradia, 31% na eletricidade e 25% nos alimentos. Houve deterioração econômica para eleitores com renda entre 50 mil e 100 mil dólares ao ano (classes média e baixa), o que explica por que 3 em cada 4 estadunidenses acreditam que a alta nos preços impactou diretamente seu poder de compra e, assim, seu padrão de vida. Para dois terços dos eleitores, as condições econômicas do país estão ruins. Desses, 45% acreditam que estão em piores condições que em 2020 – último ano do governo Trump (Frac, 2024; USDA, 2024).

Ainda que parte da inflação possa ser atribuída à pandemia de covid-19 e a pobreza e insegurança alimentar possam ser creditadas ao fim do auxílio governamental dado durante a pandemia, uma parcela significativa da responsabilidade resulta de escolhas políticas implementadas pelo governo democrata sem o devido respaldo das classes mais pobres, a exemplo do aumento do preço da gasolina e da eletricidade em benefício de subsídios a setores de energia limpa e/ou sustentável (como a indústria de veículos elétricos). Mesmo o perdão de dívidas estudantis para estudantes formados ou em formação em universidades do país, entendido como uma política “progressista”, beneficiou aqueles com condições materiais suficientes para cursar universidades com valores nada modestos. Há de se lembrar, também, a tônica belicista trilhada por esse governo e compartilhada por grande parte dos seus congressistas mais conservadores, a ponto de o PD ser chamado de partido da guerra (Carden, 2024). O governo Biden apoiou e instrumentalizou duas grandes guerras, aliando-se à Ucrânia, contra a Rússia, e a Israel, ante o conflito na Palestina. Ao fim, o seu governo beneficiou grandes empresas de carros elétricos (que poucos estadunidenses têm condições de comprar) e o complexo militar industrial (com o envio de armamentos e afins para os países supracitados).

Por fim, um dos exemplos mais claros da perda da sustentação democrata com relação à classe trabalhadora foi a votação no Cinturão da Ferrugem. Berço da manufatura pesada nos Estados Unidos, a região era a base industrial do país e motivo de orgulho dos que lá moravam. O “sonho americano” vigorou até a década de 1970, quando as empresas que empregavam a quase totalidade dos residentes foram para o exterior. Assim, uma parcela da população tradicionalmente operária e sem educação superior se viu desempregada, vivendo em cidades-fantasma com altos índices de violência. O PD parece que há tempos esqueceu de tratar das questões materiais de subsistência desse segmento da população. Não causa espanto a afirmação de Bernie Sanders (2024) de que o PD abandonou a classe trabalhadora e, assim, foi por ela também abandonado.

No apagar das luzes desse governo, mesmo com a inflação sob controle, os salários médios se encontravam defasados, conforme demonstrou o índice produzido pelo Department of Labor (apud Power, 2024). Enquanto a inflação teve aumento real de até 20%, os salários não aumentaram mais que 17% no mesmo período. Adicione-se a isso a precarização dos empregos vigentes para entendermos como o governo Biden foi percebido pelas parcelas socioeconômicas mais baixas da população. Não por acaso, 51% do voto popular considerava Trump o candidato mais confiável para a economia, em relação a 47% que apostava em Harris (Shamim, 2024).

Como também evidencia Michael Roberts (2024), “a percepção de que as famílias estadunidenses médias sofreram uma perda de padrões de vida nos últimos quatro anos não é um mito, ao contrário do que pensam os economistas tradicionais”. De fato, 45% dos eleitores afirmaram que estavam em condições piores em 2024 em relação a 2020 (ante 24% que afirmaram o contrário) e viam o período governado por Trump (entre 2017 e 2020) como um período de inflação baixa e aumento nos salários médios (Power, 2024).

Diante da percepção de piora material da qualidade de vida em que se paga mais caro pelo aluguel, pela locomoção da casa ao trabalho e para colocar comida na mesa, a campanha democrata em 2024 enfatizava questões distintas direcionadas a públicos específicos. A campanha de Harris de fato focou em pautas consideradas identitárias, priorizando umas em detrimento de outras conforme o público-alvo. Nesse sentido, explorou a dimensão do racismo para as comunidades negras, da imigração para os grupos latino-americanos e da temática do aborto para o público feminino. Como argumenta Melissa Deckman (apud Shamim, 2024), “[a] campanha de Harris não fez necessariamente um bom trabalho ao explicar como suas políticas ajudariam a classe média, ou pelo menos essa mensagem não ficou realmente clara para muitos eleitores”. Por fim, um olhar mais apurado evidencia que, de acordo com Michael Roberts (2024), a preocupação com imigração dizia respeito a no máximo 20% do eleitorado, o aborto a 11% e o racismo a apenas 4%. Esse mesmo eleitorado, ao fim e ao cabo, tinha como preocupação principal questões materiais de subsistência, que se resumiam na preocupação com a alta nos preços de moradia, transporte e alimentos, bem como com salários estagnados e condições de trabalho precarizados (para cerca de 39% do eleitorado).

A crítica, assim, deveria ser feita não necessariamente contra o uso político feito por Trump do descontentamento social, mas sim ao pouco uso dele feito pelo PD, demonstrando uma enorme lacuna entre sua campanha e o público eleitor. Ao focar em grupos sociais em separado e elaborar campanhas sob medida para cada um deles a partir de identidades supostamente distintas, o PD deixa em segundo plano a materialidade necessária para condições mínimas de subsistência, ou seja, o fato de que a necessidade por alimento e moradia é vista como prioritária ante todas as outras.

Talvez a leitura da plataforma nacional do PD e do Democratic National Committee³ na realização dos comitês e das audiências que pensarão a política do partido para a disputa presidencial seja emblemática dessa setorização. Foram 13 os comitês estabelecidos na elaboração da plataforma e da campanha de 2024 do PD: Negros, Estadunidenses com deficiência, Democratas no exterior, Estadunidenses étnicos + latino-americanos + nativos estadunidenses + asiático-americanos e estadunidenses de ilhas do Pacífico, Estadunidenses rurais, Comunidade religiosa, Comunidade LGBTQI+, Idosos e aposentados, Comunidade de pequenos negócios, Membros de sindicatos e suas famílias, Veteranos e famílias de militares, Mulheres e Jovens e estudantes. Salta aos olhos a setorização dos comitês a partir de grupos sociais distintos e a ausência de um comitê voltado especificamente para a classe trabalhadora, como se os anseios materiais de toda uma classe social pudessem ser invisibilizados e/ou colocados em segundo plano ao pulverizá-los em grupos sociais étnico-raciais distintos, com temáticas, assim, próprias e específicas para cada um deles.

Roberts (2024) resume:

A campanha de Harris se baseou predominantemente no que se convencionou chamar de “política identitária”. Ela apelou ao apoio do eleitorado negro em reação ao racismo explícito de Trump; buscou o respaldo dos eleitores hispânicos diante dos ataques do ex-presidente aos imigrantes; e mobilizou o apoio das mulheres em face da redução dos direitos reprodutivos promovida por seu adversário. Harris sofreu uma derrota expressiva, pois os democratas centraram sua campanha em questões identitárias que, naquele momento, preocupavam menos o eleitorado, enquanto Trump concentrou sua mensagem naquilo que mais importava aos estadunidenses em 2024: a inflação e o custo de vida.

Disputas intrapartidárias: entre a manutenção do *establishment* e a ruptura com ele

Em uma das convenções feitas pelo comitê responsável pela escrita da plataforma nacional democrata, foi solicitado que constasse no documento o fim do apoio militar estadunidense para Israel e proposta de seguro-saúde universal. Dois dias depois, esse mesmo comitê reunir-se-ia para a escrita da plataforma. Entretanto, nenhuma das solicitações constou no documento final. Submetida para aprovação na convenção do partido, a plataforma escrita retirou a defesa de saúde universal e se absteve de tratar do apoio militar a Israel, substituindo-o pela menção ao cessar-fogo entre esse país

3 O Democratic National Committee (DNC) é o principal órgão decisório dentro do Partido Democrata. Fundado em 1848, é responsável por governar o partido a partir de estatuto e regulamento próprios.